

## O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO TERRITORIAL DO ESPAÇO QUILOMBO: Um olhar sobre a Comunidade São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA.

Uelinton Bispo da Silva<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Msc. Edney Conceição<sup>2</sup>

### Resumo

O presente estudo apresenta uma análise acerca do papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo, através de sua relação com a terra e o território e de seu papel nas relações de produção na perspectiva da dimensão produtiva/econômica, política e cultural. Para tanto, os procedimentos teóricos – metodológicos pautaram-se no levantamento bibliográfico e documental e, em seguida, na pesquisa de campo, através da adoção de questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados. A análise apontou para uma participação feminina bastante efetiva nos processos de luta e produção territorial que cerca o cotidiano da referida comunidade. Em síntese, a participação progressiva das mulheres nas dinâmicas de produção territorial da referida comunidade revela as peculiaridades próprias destes grupos na relação com a terra e o território.

### Introdução

O quilombo no Brasil constituiu-se historicamente em uma emblemática organização sociopolítica – com relações próprias e vivendo a parte do sistema vigente –, em que as relações de poder e de produção são estabelecidas em suas múltiplas dimensões. Neste sentido, a compreensão direcionada para um objeto de estudo específico atrelado a questão quilombola perpassa pelo entendimento de sua totalidade.

A totalidade aponta para o processo de formação, luta e resistência quilombola, no qual a mulher se insere com relevante participação, tendo em vista o modo de vida característico expressado por estas comunidades. Neste sentido, este trabalho busca analisar o papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo através de sua relação com a terra e o território e do papel nas relações de produção na perspectiva da dimensão produtiva/econômica, política e cultural. Ao colocar a mulher quilombola no cerne desta discussão, pretende-se fazê-la compreender seu papel de protagonismo na produção territorial do espaço Quilombo, emergindo assim a necessidade de situar a questão de gênero na produção territorial da Comunidade de São Francisco do Paraguaçu –

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. – E-mail: uelinton007@hotmail.com

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Santa Inês. – E-mail: edney.conceição@si.ifbaiano.edu.br

Cachoeira/BA.

O Quilombo se define pelo uso comum de seu território e nele forjaram-se historicamente as identidades – laços que os unem tanto ao território quanto uns com os outros, raízes simbólicas materializadas no espaço. Há, portanto, uma relação de coletividade, cumplicidade, solidariedade, reciprocidade e um modo de vida particular característico que os definem e os identifica. Emerge daí a importância de destacar o papel da mulher quilombola enquanto, agente central desta pesquisa, evidenciado pelo modo particular com o qual partilha ações relacionadas ao território no campo político, econômico e cultural.

Nas últimas décadas foi observada uma incessante busca das comunidades quilombolas no Brasil, por visibilidade, principalmente a partir do Ato Constituinte de 1988, quando estas comunidades passaram a ser inseridas no campo político institucional através do reconhecimento de suas terras inscrito no Artigo 68. E de lá para cá outros atos jurídico-políticos têm colocados estas comunidades no campo de discussão por reconhecimento de direitos sociais. Esta visibilidade jurídica traz a cena política os principais atores deste processo histórico e cabe-nos evidenciar o papel da mulher quilombola ainda invisibilizado dentro e fora da arena política. A mulher que até então vivenciava uma posição secundária no escopo da sociedade e que agora luta pelo reconhecimento, aspirando equidade de direitos. Temos assim, o quilombo como campo fértil para esta discussão, visto que as relações sociais estabelecidas apontam para um espaço construído a partir das relações de gêneros, com vistas para elevado nível de participação feminina fundado numa cultura – modo de vida – expressada por estas comunidades.

Em síntese, o presente estudo tem por objetivo analisar o papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo, buscando situar de forma geral, sua participação no contexto histórico de formação, até os dias atuais, adotando estratégias de luta e resistência para poder garantir o exercício de sua liberdade.

Para isso, tomou-se como objeto de análise a Comunidade de São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/Bahia, com enfoque nas relações espaciais de gênero mediante estudo das práticas sociais, políticas, produtivas e culturais cultivadas no âmbito da referida comunidade.

Os caminhos centrados no objetivo primeiro apontam para discussão da relação da mulher com a terra e o território, e na compreensão da relação de coletividade expressada

no modo de vida quilombola. Ao mesmo tempo, busca-se compreender o papel das mulheres nas relações de produção numa perspectiva da dimensão econômica e cultural bem como sua inserção no campo político das lutas por direitos.

## **Discussão Teórica**

É sabido, que desde sempre o homem estabelece uma relação de interação com a natureza e, é justamente nesta relação que ele transforma o espaço apropriado em espaço social, modificando através do trabalho e das técnicas a natureza primeira para atender sua necessidade de existência, portanto, não se pode considerar o espaço quilombola como algo estático/passivo, tendo em vista que estes espaços se apresentam e interagem com os sujeitos sociais – mulheres, homens e crianças – que os transforma. Neste sentido, Santos (2006, p.199), considera que “os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço.” Desta forma, os sistemas de objetos constitui no bojo espacial, objetos naturais, formados pela própria dinâmica da natureza – relevo, vegetação, hidrografia e outros – enquanto os objetos produzido pelo ser social constitui os objetos artificiais.

No cerne desta discussão é preciso pontuar ainda a dimensão temporal ou histórica como fator determinante para o processo de transformação do espaço natural em espaço socialmente produzido. Conforme ainda aponta o referido autor, o espaço é, “formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”. (p.69).

Em outras palavras, o espaço social histórico – quilombo – constitui-se como produto temporal da relação sociedade/natureza, fruto de um processo perverso de Escravidão/Exclusão/Resistência. Nesta mesma linha de raciocínio, Carlos (2001) considera que,

O espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico - um processo que se define como social e histórico; o que significa que há uma relação necessária entre espaço e sociedade (p.65).

Lefebvre, (1991) apud Araújo (2012), compreende que o espaço social por si só é, ao mesmo tempo obra e produto das relações sociais. Logo, podemos inferir que o espaço só é concebido espaço social mediante a materialização concreta do trabalho nele

empregado. E a partir deste entendimento, podemos relacionar o quilombo como exemplo fidedigno deste processo de transformação do espaço natural – primeira natureza - em espaço socialmente produzido, mediante processo de materialização das relações sociais estabelecidas por homens e mulheres.

Desta maneira, o espaço social se apresenta como produto das relações sociais de produção e reprodução e, concomitantemente base material para que estas relações aconteçam.

Assim, temos o espaço como o ponto de partida e ao mesmo tempo ponto de chegada, lugar por excelência das construções e tramas sociais. A propósito, podemos inferir que é na relação espaço/tempo que se constitui a história socioespacial, inacabada, em constante transformação.

Uriarte (2014, p.116) aponta que:

“o espaço está sempre sendo feito, porque ele é um conjunto de relações sociais – sempre dinâmicas – que se estabelecem numa materialidade (ou natureza primeira). Isto quer dizer que o espaço não é uma coisa, mas um conjunto de relações entre coisas”.

Logo, ao nos referirmos ao termo espaço social, falamos do espaço quilombola enquanto produto das relações sociais, das construções e do trabalho nele impresso. Contudo, ratificamos que nesta trama o espaço não aparece estático, passivo, inerte, ele interfere de modo significativo na dinâmica que se estabelece entre os atores – espaço/sociedade –, em sua totalidade. Sabemos que a natureza – contida no espaço – possui sua própria dinâmica, assim como a sociedade também possui a sua, contudo, no processo de interação tanto o espaço quanto a sociedade são afetados pelas condições apresentadas pelo outro.

Diante desta perspectiva geográfica, analisar como a relação espaço e gênero têm sido discutidos constitui questão relevante para que se possa compreender sua trajetória e seus desdobramentos no cenário atual e defender os rumos do presente trabalho, tendo em vista o papel de participação feminina no contexto de produção territorial do espaço quilombo.

Neste sentido, o emprego da categoria de gênero e sua relação no plano espacial fundamentam estudos que dizem respeito aos aspectos relacionados à estrutura e organização social do cotidiano de homens e mulheres. Ao passo que:

A categoria de gênero tem sido a conceituação fundamental em debate sobre a articulação das relações sociais entre mulheres e homens, dado que permite

entender como os sujeitos sociais se organizam cotidianamente por meio de ações que tomam uma ampla dimensão dentro dos sistemas de símbolos culturais a que se encontrem vinculados. (AGUIAR; FERREIRA; IDE; SILVEIRA, 2014).

Portanto, a categoria de gênero permite compreender a partir do contexto da espacialidade quilombola as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, bem como, a forma de organização social e os rebatimentos espaciais provenientes desta relação que conduzem a definição territorial.

Por muito tempo estudos relativos à questão de gênero e ao trabalho das mulheres foram relegados, tidos como de pouca relevância nos debates da disciplina geográfica e demais ciências sociais. Após a Segunda Grande Guerra este quadro sofre alteração quando as conquistas alcançadas pelas mulheres dão ênfase aos estudos relativos. Tanto na Geografia quanto nas demais ciências, estudos sobre o tema ao longo dos anos foram incorporando novos fatos, tais como, famílias composta por homossexuais, direitos da mulher e da família, prostitutas como líder familiar e/ou a maior ênfase ao protagonismo da mulher como líder familiar e não apenas como genitora, observado durante séculos e, sobretudo nos dias atuais e que vieram dar as atividades femininas uma maior visibilidade (SILVA, 2014, p. 21).

Contudo, o mais preocupante, é constatar que embora tenha havido uma evolução tanto conceitual, quanto de estudos relacionados ao papel da mulher, ela continua lutando por seus direitos, já que infelizmente em pleno século XXI, a sociedade configura-se machista e patriarcal e refém da constante busca de reconhecimento, visibilidade e direito ou mesmo fazer valer os já conquistados. Como afirma Veronese (2008), embora tenha de se considerar que apesar dos avanços atuais, da busca incessante por autonomia e reconhecimento, as mulheres continuam a viver os estigmas e preconceitos produzidos no passado.

Para tanto, a literatura tem buscado nos últimos anos mostrar que a divisão de papéis e funções da família não permaneceu estática, ou seja, não está mais restrita ao homem como sendo (marido/pai/provedor) e da mulher como (esposa/procriadora).

Homens e mulheres se inserem no contexto de transformações e dinamicidade do mundo e das coisas, portanto, nada mais natural que papéis e funções assumidos por ambos também sofram alterações e provoquem rebatimentos na própria dinâmica do espaço. Neves (2000), ao analisar estudos sobre a questão de gênero traz reflexões importantes, apontando que em virtude do ocultamento da dimensão sexuada nas relações de trabalho,

as políticas implementadas para estes locais de práticas laborais discriminam e hierarquizam as mulheres em condição de desigualdade. Aponta ainda “que essas relações não implicam apenas diferenças, mas assimetrias, hierarquias que expressam relações de poder dispersas e se constituindo em redes nas diferentes esferas da sociedade. (p.174)”.

Neste processo, o território quilombola se apresenta como produto histórico formado a partir das relações sociais em múltiplas dimensões – natural, econômica, política e cultural. O território então produz e é produzido a partir das relações sociais que se estabelece. Relações estas institucionalizada na materialização concreta decorrente do processo de transformação do espaço em território. O território por sua vez, passa ser “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2011, p. 78). O que se traduz no sentido amplo de gerenciar os recursos necessários à reprodução física e cultural do grupo. Esta afirmação se traduz na conotação política inerente ao próprio território, como forma de estabelecer normas e diretrizes de controle e de organização de um grupo ou sociedade.

Raffestin (1993) também reforça que o território é fruto das relações de poder projetadas no espaço, inscritos no campo do trabalho, energia e informação. Para o autor, o território então “se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder”. (p. 51). Neste sentido, entendemos que ao produzir espaço estes atores sociais – representados por homens, mulheres e crianças – estão, por extensão, produzindo território, embora sejam categorias distintas, porém, não são isoladas.

Ainda Raffestin afirma (p. 150), que “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. Portanto, toda produção territorial constitui-se de intencionalidades e de ações mediadas pelo trabalho dirigido no espaço, no sentido de organizá-lo da melhor forma para atender aos interesses de determinado grupo.

O território então se apresenta como um produto espaço/temporal fruto de um trabalho historicamente realizado por um grupo que estabelece uma relação de dependência com o próprio território, mesmo sendo temporário ou permanente. Saquet (2009) também comunga desta ideia afirmando ser o território resultado de ações desenvolvidas ao longo do tempo, à medida que se concretizam em momentos distintos o que resulta em paisagens diferentes. Sendo assim, o território é oriundo da dinâmica socioespacial.

Em outra contribuição Saquet (2003) afirma que a produção territorial resulta de um processo social dirigido sob a tríade economia, política e cultura, que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço. Nesta linha de raciocínio o referido autor aponta que tais forças de desenvolvimento se processam coadunadas às relações cotidianas. Assim,

(...) as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas e em unidade, efetivam o território, o processo social, no e com o espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se na e com a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade (SAQUET, 2007, p. 57).

Em suma, o que o autor deixa claro é que a produção territorial enquanto processo social e histórico, efetiva-se no âmago da unidade tridimensional, e as forças que ditam a produção territorial se relacionam no movimento cotidiano das relações entre os sujeitos sociais. Além do que, o processo de produção territorial quilombola expressa esta relação imbricada das forças econômicas, políticas e culturais estabelecida desde o início do processo de formação destes núcleos. Expressa-se também pela harmonia homem/meio, pelo uso do conhecimento e de técnicas tradicionais para produção, conservação da biodiversidade e do território ocupado.

Prova disto é que tais comunidades conseguiram resistir no tempo e no espaço graças às tantas estratégias de luta adotada para assegurar sua territorialidade.

## **Metodologia**

A perspectiva geográfica nos permite refletir de forma crítica e transformadora no modo como os sujeitos sociais se relacionam e interferem na dinâmica de produção do espaço geográfico. Esta análise se torna ainda mais intrigante considerando as mazelas, desigualdades, contradições e exclusões orquestradas pelo mundo moderno colonial e pós-colonial.

Neste sentido, o presente trabalho busca através de um estudo de caso analisar o papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo, tomando como objeto os/as quilombolas da comunidade de São Francisco do Paraguaçu - Cachoeira/BA.

Assim sendo, ao definir estudo de caso, Laville e Dionne (1999) destacam que:

A denominação refere-se evidentemente ao estudo de um caso, talvez o de uma pessoa, mas também o de um grupo, de uma comunidade, de um meio, ou então fara referenda a um acontecimento especial, uma mudança política, um conflito... (p. 156).

Deste modo, a metodologia aplicada atende perfeitamente ao problema aqui evidenciado, considerando o fato de não apresentar uma solução pré-estabelecida. Possibilitando uma análise profícua do caso estudado, sendo possível ampliar de forma crítica os argumentos aferidos. Os procedimentos teóricos metodológicos que regem a pesquisa parte do levantamento bibliográfico e documental, a partir das ideias de autores que abordam a mulher como elemento chave em seus estudos, bem como, os conceitos aqui explorados – espaço, gênero, produção territorial, formação territorial e quilombo.

Para tanto, a finalidade do levantamento bibliográfico e documental para o presente estudo, consiste em ampliar os conhecimentos acerca do papel exercido pelas mulheres quilombolas no contexto das lutas e da participação histórica em todas as esferas da produção territorial, bem como, favorecer a discussão conceitual em que se embasa o estudo. Cabe ressaltar, que este trabalho é fruto das discussões do Grupo GEOTER - Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais -, no Instituto Federal Baiano Campus Santa Inês – BA, que trata de temas relacionados aos movimentos sociais e à luta pela terra. Assim, a partir destas discussões, foram produzidos trabalhos relacionados às comunidades quilombolas, com enfoque na luta pela terra a partir das dimensões econômica, política e cultural – trabalhos estes apresentados em evento da Semana de Geografia do Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês e no SINGA 2015 (Simpósio Internacional de Geografia Agrária VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais).

A etapa seguinte deste trabalho consistiu na pesquisa de campo, onde foram aplicados os métodos/técnicas para coleta de dados e mensurados a posteriori. Sendo que, no encaminhamento inicial da coleta de dados, buscou-se através da observação situar de que forma são instituídas as relações de gênero e destes com a terra e o território no âmbito da comunidade, apontadas através das relações sociais, de produção, culturais e políticas. Para tanto,

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p.190)



Em seguida, foram aplicados questionários fechados e entrevistas semiestruturadas com a participação de homens e mulheres quilombolas, que desempenham diferentes funções e papéis no cotidiano local. Ao passo que analisar e compreender de que forma a mulher quilombola se insere no processo histórico/atual de participação e produção territorial da referida comunidade, perpassa necessariamente pela percepção de ambos os sexo em relação a este fenômeno.

Para tanto, seguiu-se o roteiro pré-estabelecido tanto para o direcionamento dos questionários, bem como, das entrevistas semiestruturadas. Priorizou-se assim, o enfoque de participação feminina na vida política da comunidade, precisamente no contexto da Associação local – Amantes da Terra – bem como, nas práticas produtivas – extrativismo animal e vegetal, artesanal e agricultura de subsistência – e culturais. As entrevistas e questionários foram aplicados em diferentes espaços da comunidade a homens e mulheres – pescadores/as, marisqueiras, piaçaveiros/as, lavradores e lideranças da referida comunidade – que fazem parte dos processos cotidianos de luta e produção territorial.

## **Resultados e Discussões**

A análise permite compreender que as mulheres “sim”, lutaram, não estiveram invisíveis, de modo individual ou coletivo contribuíram para formação e manutenção destes núcleos ao ponto de perder suas próprias vidas em prol da liberdade coletiva. O seu papel embora negligenciado pela historiografia teve impacto decisivo por exemplo em processos reterritorialização como afirma Gomes (2015).

Devido a mobilidade dos quilombos é possível imaginar o papel da mulher diante de ataques, armadilhas e escaramuças. Quem sabe não estivessem protegidas em acampamentos no interior das florestas, cuidando das roças e da família? Certos mitos na memória coletiva de alguns remanescentes revelam a função das mulheres. Por exemplo, cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça — entre seus penteados — e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Outras indicações sugerem sua função religiosa de proteção dos quilombos ao entrarem em transe para adivinhar o momento e local dos ataques punitivos. (p.39)

É evidente que não se resume a isso apenas, podemos imaginar uma participação histórica bem mais efetiva, como acontece nos dias atuais, em que a mulher quilombola é responsável pela produção territorial em múltiplas dimensões. Como apontado por Werneck (2008) contextualizando a participação histórica feminina em diferentes posições de comando, citando como principais exemplos Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula,

entre outras, ou de articulação econômica ou política de resistência.

É neste contexto histórico de luta e resistência que se insere de forma marcante a participação de Maria das Dores de Jesus Correia, ou simplesmente D. Maria, principal personagem de liderança feminina da Comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA. Dona Maria faleceu no ano de 2008 vítima de um Acidente Vascular em meio aos conflitos com fazendeiros da região pela posse do território, uma semana após seu fiel companheiro de luta Altino da Cruz. Contudo, deixaram um enorme legado de luta reconhecido em todo território nacional.

*Eu sou do quilombo  
Sou nego nagô, peguei minha enxada, convidei o pescador  
Pescador é guerreiro, é da nossa nação  
Estamos aqui para ajudar o nosso irmão.  
Maria das Dores de Jesus Correia*

O fragmento textual acima destacado faz parte do repertório de gritos de guerra cantados pelo grupo no processo de luta e resistência quilombola engendrado pela comunidade de São Francisco do Paraguaçu na busca pela conquista de sua autonomia – representada pelo título de posse do território –, grupo este que têm Dona Maria e seu Altino – principais líderes deste movimento –, como referência para continuar lutando e resistindo aos processos antagônicos.

Desde que se acirraram os conflitos pela posse do território no ano de 2005, quando houve o reconhecimento da condição quilombola da comunidade pela Fundação Palmares, tornaram-se notórias as contribuições de ambos no campo político das lutas enfrentadas pela comunidade. E a partir de então, os mesmos, ganharam notoriedade no contexto local, regional e nacional ao assumir posição política de representatividade quilombola.

Sem dúvida Dona Maria foi uma das mais importantes personalidades de liderança quilombola feminina no contexto local e regional. E de grande destaque no enfrentamento das lutas empreendidas pelas comunidades quilombolas no âmbito político nacional ao representar a Comunidade de São Francisco do Paraguaçu.

Intrépida, de boa oratória e discurso marcante, sempre que participava de audiências públicas conclamava com veemência a união dos povos e comunidades tradicionais quilombolas de todo Brasil para o enfrentamento da luta contra “a escravidão” ainda operante em nosso país.

A presença feminina no campo das decisões políticas representa um fator de

fortalecimento do movimento quilombola bem como do progressivo empoderamento das mulheres, sobretudo, na comunidade. Ao passo que evidencia como o modo de vida quilombola se caracteriza por ter nas relações espaço e gênero elementos de cooperação, cumplicidade, coletividade, unidade social e territorial nas dimensões que envolvem a prática cotidiana.

A Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu-Boqueirão também denominada Associação Amantes da Terra constitui principal mecanismo de representação política da referida comunidade. Esta forma de representação política através de Associação é instituída como exigência inscrita no artigo 17º do referido decreto quando traz em seu Parágrafo Único que: As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas. Define ainda que o título de posse do território será expedido pelo órgão competente em nome da Associação, ou seja, do coletivo associado.

Embora outros mecanismos de participação política atuem na comunidade, a exemplo da AATR (Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais) a Associação local se destaca por inserir as mulheres da comunidade no contexto da vida política e no bojo das discussões de interesse do grupo. A propósito, Coelho (2008) considera a associação importante mecanismo de participação efetiva nos processos de luta política e de afirmação da identidade de um grupo. Embora apresente este caráter motivador de tais processos, a associação enquanto instrumento inscrito no decreto 4887/2003 “exige das comunidades uma estrutura de organização social interna cuja lógica de funcionamento difere completamente da estrutura que histórica e espontaneamente constituíram tais comunidades (BELO e CONCEIÇÃO, 2015)”. Assim, em muitos casos, esta dicotomia produz um choque de realidades e, quando não produz conflitos internos acaba por contribuir pela busca de afirmação da identidade do grupo, bem como, pela conquista da autonomia relativamente necessária a reprodução do mesmo.

A propósito da participação feminina na vida política da comunidade, importa saber, que o primeiro corpo de membros da referida Associação local contou com a participação de dez homens e dez mulheres, escolhidos sob critérios de comprometimento dos comunitários com o movimento de luta quilombola por direitos (INCRA, 2007). A significativa participação feminina na conjuntura política local denota, de maneira singular, como o modo de vida quilombola valoriza a figura da mulher destoando da visão machista hegemônica que há séculos tem imperado no escopo da sociedade; evidenciando também o

quanto estas mulheres têm avançado no sentido de conquistar espaços de amplo destaque tanto na vida política quanto em outros setores da sociedade.

O fato da mulher transgredir a invisibilidade e lançar-se na vida política do movimento de luta pela terra representa um logro no caminho da emancipação da sua condição subordinada de gênero (GARCIA; THOMAZ Jr., 2002). Em termos numéricos, a atual participação da mulher na conjuntura política local continua de modo equilibrado, fomentando sua atuação de maneira mais efetiva nas coordenações e secretarias da referida Associação. Isso reflete positiva e significativamente à proporção que, das quatorze (14) coordenações existentes, boa parte são ocupadas por elas, como na Coordenação de Meio Ambiente, Coordenação de Finanças, Coordenação de Turismo dentre outras, conforme apontado por Dona Railda, umas das coordenadoras e militante do movimento.

No que tange às práticas culturais, Dona Maria era considerada rezadeira, parteira e sambadeira, as festas de samba de roda, aliás, muito tradicional na comunidade, são realizadas com frequência e tido como movimento de revalorização dos espaços simbólicos de autonomia próprios (INCRA, 2007). O samba de roda nos permite ainda analisar o lugar que esta manifestação ocupa na memória coletiva e na construção da identidade local, tendo em vista que o samba de roda é uma atividade bastante presente na realidade e na memória dessas pessoas (NEVES, 2016, p.19).

Já frente às atividades produtivas, Dona Maria não se limitava a uma área específica. Como é de costume na comunidade, as mulheres se multiplicam e participam de quase toda dinâmica de produção. Ao mesmo tempo, ela desempenhava funções como: marisqueira, pescadora, lavradora, bem como trabalhava na produção do azeite de dendê e na produção artesanal (Figura 1).

**Figura 1: D. Maria na produção de azeite de dendê.**



Fonte: INCRA, 2007.

O registro fotográfico exibido acima retrata uma das múltiplas habilidades de Dona Maria no que tange às práticas produtivas na comunidade de São Francisco. Expressa os papéis, funções, divisão do trabalho presente nas relações de gênero que permeiam a convivência social no âmbito da comunidade. Sua destreza e comprometimento com o que fazia marcou significativamente os que fizeram parte da sua trajetória de vida no âmbito da referida comunidade, produzindo assim um legado que se perpetua fomentando a participação efetiva da mulher na produção territorial do referido espaço.

De modo geral, a participação histórica da mulher na manutenção do quilombo, bem como, em sua produção territorial, representa muito para evidenciar sua importância enquanto agente produtor e transformador do espaço geográfico. O quilombo não conseguiria resistir no tempo e no espaço se não fossem também as estratégias adotadas por elas para resguardar a reconstrução das territorialidades, a exemplo, esconder os grãos entre os seus penteados para reconstruir as roças destruídas pelas tropas militares da época. Por esta razão, destaca-se o papel histórico de grande relevância exercido por elas em todas as esferas do campo de produção quilombola.

Importante ressaltar, que o quilombo se caracteriza por extrair da terra e do território todos os elementos necessários à manutenção do grupo e pela forma como homens e mulheres se mobilizam nos atos de cooperação que dão sentido ao modo de vida

quilombola. Assim sendo, no que tange as atividades produtivas na comunidade de São Francisco do Paraguaçu, a produção é destinada para o sustento do grupo, comercializando apenas o excedente, o que gera renda para as famílias adquirirem o que não se produz na comunidade.

A base produtiva da referida comunidade está fundamentalmente relacionada ao extrativismo associado à pesca e a mariscagem, embora, neste bojo de práticas produtivas se desenvolva também outras atividades como a agricultura de subsistência. Neste contexto de atividades produtivas, a mulher exerce papel significativo, desempenhando funções das mais variadas, como as de marisqueira, pescadora, lavradora, na limpeza e beneficiamento da piaçava e outros produtos de base extrativista vegetal, fabricando utensílios artesanais entre outros. Diante desta conjuntura apresentada, “esperamos que a mulher negra seja representada levando-se em conta o espectro de funções e as habilidades que ela pode exercer, mesmo em condições econômicas adversas” (CARNEIRO, 2003, p.125).

A prática da mariscagem constitui atividade de participação exclusiva das mulheres do quilombo, após a extração dos mariscos do mangue, as mulheres escaldam, catam e depois levam para pesar na venda. Dona Xandinha uma das marisqueiras local afirma que o trabalho do mar é um trabalho de característica masculina, enquanto o trabalho da maré é particularmente feminino – fazendo referencia a mariscagem, o siri, o aratu, caranguejos, sururu e ostras. Ainda segundo ela, o trabalho do alto mar é mais realizado pelos homens que podem governar melhor e tem mais força para o remo, a mulher apenas participa da pescaria de alto mar na condição de estar acompanhada da presença masculina. “Maré é a beirada, as mulheres vão para a jangada a motor, homem é proteção, um ou dois homens tem que ter, se quebra alguma coisa no motor. (Dona Xandinha apud INCRA, 2007)”

**Figura 2: Dona Railda e sua filha mariscando**

**FONTE: GEOTER - Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais.**

A produção é individual, ou seja, cada família é responsável por aquilo que produz, embora, a organização seja coletiva. A prática desta atividade está condicionada a dinâmica de momento da maré, isto é, se a maré está baixa tem mulher no mangue e vice-versa. No primeiro momento as mulheres se reúnem e vão para o mangue mariscar. Após a coleta, cada uma se dirige para suas residências e iniciam-se os trabalhos de escaldar e catar os mariscos, todos os dias da semana têm mulher no mangue mariscando, o envolvimento acontece com todas as mulheres de cada contexto familiar que se ocupam desta atividade, fato observado durante entrevista com Dona Railda – marisqueira e uma das coordenadoras da associação – no momento em que mariscava junto com sua filha Railine (Figura 2). Segundo Dona Railda o envolvimento dos filhos e filhas nas práticas cotidianas do quilombo é muito importante para garantir o futuro da própria comunidade.

A extração da piaçava constitui outra importante prática produtiva na comunidade, onde homens e mulheres se mobilizam e definem os espaços relacionados à produção. Desta forma, o trabalho de coleta e/ou extração da piaçava é predominantemente realizado por homem – chefe de cada contexto familiar –, o que não impede que às vezes as mulheres acompanhem seus cônjuges para retirada do produto. De modo geral, o homem fica responsável pela coleta enquanto as mulheres se dedicam à limpeza e ao beneficiamento. Cabe ressaltar, que embora os homens se organizem em grupo para retirada da piaçava, a produção é individual, cada família é responsável por aquilo que produz.

A partir do beneficiamento dos produtos oriundos das atividades extrativistas, são fabricados utensílios artesanais de grande relevância para o sustento das famílias da referida comunidade como exemplificado por Maria apud INCRA (2007) “essa piaçava é uma riqueza, faz vassoura, balaio que bota roupa suja da casa de meus senhores, faz quibano, panacum, esteira, chapéu, bolsas”. Neste mesmo contexto das práticas extrativistas, o dendê aparece como outro importante produto que mobiliza a cooperação de homens e mulheres no processo de extração e beneficiamento do mesmo (Figura 3).

**Figura 3: Participação de mulheres na produção do azeite de dendê**



**FONTE: GEOTER - Grupo de Estudos Geografia dos Territórios e Espaços Rurais.**

Diante do exposto, todo o processo acontece de forma bastante tradicional, resguardando a ancestralidade dos costumes estabelecidos por seus antepassados. Assim, na produção artesanal do azeite de dendê a cooperação acontece desde o momento em que o produto é retirado das matas, sendo mais comum que as mulheres catem o dendê. Enquanto os homens subam nas palmeiras para cortá-los, por meio de técnicas de manejo tradicional, bem como, no beneficiamento do produto, onde os homens e mulheres se dividem para cozinhar, pisar, catar o bagaço e engarrafar o azeite produzido (INCRA, 2007).

No que diz respeito à agricultura desenvolvida na comunidade, homens e mulheres se entrelaçam no mesmo nível de cooperação observado nas demais práticas citadas. Sendo



o nível de cooperação amparado numa prática denominada pelos agricultores/as como mutirão, isto é, mobilização coletiva das famílias para trabalhar na roça de alguém que demande uma ampla capacidade de mão de obra. Os agricultores utilizam o processo de rotação das culturas destinadas para subsistência das famílias, plantando milho, feijão, mandioca e amendoim.

A dinâmica de produção agrícola é orientada em grande medida pelo calendário anual das festas e celebrações culturais na comunidade.

A simbiose que permeia as práticas produtivas e culturais desenvolvidas na comunidade faz parte do conjunto de valores ancestrais transmitidos geração após geração, e que somado as formas de organização social e política permite definir o quilombo enquanto território cultural.

No contexto das práticas produtivas e culturais, homens e mulheres expressam níveis de participação mútua para garantir a realização das referidas festas e celebrações mencionadas. O Samba de Roda é a manifestação cultural de maior expressividade na comunidade – é o que rege as festas e celebrações –, seguido da capoeira, que é representada pelo Grupo Capoeira.

### **Algumas Considerações**

O processo de formação dos territórios quilombolas em solo brasileiro é marcado pela condução de formas próprias de sociabilidades. Uma organização sociopolítica definida pela coesão social evidente nas relações e práticas de produção territorial do cotidiano de homens, mulheres e crianças.

A luta pela terra engendrada por estas comunidades articulou dentro do próprio território uma organização autossuficiente em que a participação de todos e todas tornou-se imprescindível para manutenção e reprodução social do grupo, estabelecendo assim um modo de vida singular. Logo, o quilombo representa o “nós” nas relações de gênero (feminino e masculino), lugar por excelência do exercício de cumplicidade, cooperação e coletividade. Onde todos de alguma forma se envolvem e estão envolvidos nas dinâmicas que dão vida e sentido ao território. Assim, o papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo está intimamente relacionado ao modo de vida peculiar estabelecido. Fato evidenciado in loco através dos relatos e das situações observadas nas articulações de homens e mulheres em que pese à participação destes nas atividades políticas, produtivas e culturais. Em tempo, considera-se que esta análise ampliou a discussão acerca da relevante

participação feminina nos processos de produção do espaço, adotando estratégias ousadas de resistência e luta para conquistar e garantir o pleno exercício de sua autonomia.

A relação espaço e gênero que se estabelece na referida comunidade, fundada no indicativo do movimento de luta pela conquista do direito coletivo – território –, ganhou novos significados nos últimos anos com a inserção de mulheres da comunidade na vida política local, representando a comunidade com grande destaque a nível regional e nacional. Assim, os efeitos proeminentes desta participação contribuem para o empoderamento feminino no íntimo dos processos cotidianos de luta, ultrapassando os limites territoriais que cercam a própria comunidade.

A análise apontou para uma participação feminina bastante efetiva nos processo de luta e produção territorial que cerca o cotidiano da referida comunidade. Contribuindo significativamente para o empoderamento feminino e para fomentar a discussão da igualdade de direito – presente nas relações de gênero – numa perspectiva geográfica.

Em síntese, a participação progressiva das mulheres nas dinâmicas de produção territorial da referida comunidade revela as peculiaridades próprias destes grupos na relação com a terra e o território. De modo que esta relação é fundada nas práticas produtivas e culturais, através da agricultura e do extrativismo vegetal e animal, bem como, relações estabelecidas com a natureza e na ação política que regem o território.

## Referências bibliográficas

AGUIAR, W. B.; FERREIRA, M. L. A.; IDE, M. H. S.; SILVEIRA, L. M. **MULHERES EM MOVIMENTO: RELAÇÕES DE GÊNERO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA BURITI DO MEIO NO NORTE DE MINAS GERAIS/BRASIL.** Women in movement: Gender relations in quilombola community Buriti do Meio on the North of Minas Gerais/Brazil. 2014.

ARAÚJO, F. F. de,. **A Tridimensionalidade do espaço social e a ação dos empresários urbanos na configuração residencial:** o caso dos 'Condomínios-Clube' em Natal/RN. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, v. 2, p. 53-74, 2012.

BELO, J. S; CONCEIÇÃO, E. **A organização política no espaço do quilombo:** elemento da territorialidade e estímulo ao desenvolvimento autônomo na comunidade de São Francisco do Paraguaçu município de cachoeira – Bahia. In VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada das Águas e Comunidades Tradicionais, 2015.

CARLOS, A. F. A. (2001). **“Novas” contradições do Espaço.** In: DAMIANI, A L.; CARLOS, A. F.; SEABRA, O. C. de Lima (Orgs.). O espaço no fim de século a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

CARNEIRO, S. (2003) Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), pp.117-132.

COELHO, S. L. **Participação social e associativismo em Portugal:** breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. Trabalho apresentado sob a forma de comunicação na conferência Movimento Associativo em Portugal e na Galiza, no âmbito do “Fórum Associativismo”, Santa Maria da Feira, 2008. Disponível em: [http://www.isociologia.pt/App\\_Files/Documents/working29\\_101019094709.pdf](http://www.isociologia.pt/App_Files/Documents/working29_101019094709.pdf). Acessado em 20/04/17.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Relatório Antropológico:** Quilombo de São Francisco do Paraguaçu. INCRA/MDA: Salvador, 2007.

GARCIA, M. F; THOMAZ JUNIOR, A. "**Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil:** interlocução entre gênero, trabalho e território". *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 257-271, jul./dez., 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil /Flávio dos Santos Gomes. — 1ª ed.— São Paulo : Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda brasileira).

NEVES, R. A.. **Nas Trilhas da História Oral:** Memória e Práticas Culturais no Distrito de Coqueiros-BA. 2016. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

NEVES, M. de A. **Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero.** In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.* São Paulo: Editora 34, 2000. p. 171-186.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2 reimpressão - São Paulo: edusp, 2006. . Versão Digital. (Coleção Milton Santos; 1)

SAQUET, M. A; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade:** um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SAQUET, M. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Porto Alegre: EST edições, 2003.

\_\_\_\_\_. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade.** *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun. 2007.

SILVA, J. M. et al. **Espaço, masculinidade e adolescentes em conflitos com a lei.** In: STREY, N.; MUHLEN, K. V.; KOHN, Caminhos de homens: gênero e movimentos. Porto Alegre: EdiPucrs - Editora Universitária da Pucrs, 2014. p. 127 - 154.

SOUZA, Marcelo J. L. de. **O Território:** Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; e, CORRÊA, Roberto L. **Geografia:** Conceitos e Temas. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

URIARTE, U. M.. **Produção do espaço urbano pelos homens ordinários: antropologia de dois micro-espacos na cidade de Salvador.** Iluminuras (Porto Alegre), v. 15, p. 115-134, 2014.

VERONESE, C.. **Filhas da globalização: trabalho doméstico e sua interface com o contexto do lazer.** In: II Seminário Nacional, 2008, Salvador. O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas, 2008. p. 88.

WERNECK, J. (org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Criola. 2008, p. 42.